

UTE VALE DO PARANÁ ALBOMA S.A.

CNPJ nº 31.149.697/0001-90

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Balanço patrimonial Em 31 de dezembro		Passivo		Demonstrações dos resultados para os exercícios		Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios		
	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023
Circulante				Passivo Circulante			findos em 31 de dezembro	(Valores expressos em milhares de reais)	
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.690	8.145	Emprestimos e financiamentos	9	8.985	9.095	Receita operacional líquida	15 49.821 47.063
Contas a receber	5	6.530	6.766	Fornecedores	10	947	1.334	Custo da geração de energia	16 (20.876) (18.345)
Estoques	7	665	773	Passivos de arrendamento	13	1.011	1.023	Lucro bruto	28.945 28.717
Contas a receber - Partes relacionadas	11	-	-	- Partes relacionadas	11	2.061	1.198	Despesas/receitas operacionais	17 (116) (135)
Impostos a recuperar	12	-	-	Obrigações trabalhistas	12	717	695	Gerais e administrativas	17 (3.432) (3.431)
Despesas pagas antecipadamente	566	470	Total do ativo circulante	12	486	350	Outras receitas operacionais líquidas	17 (169) 22	
Total do ativo circulante	14.451	16.148	Total do passivo não circulante	12	596	62	Resultado operacional antes do imposto	25.220 25.174	
Não circulante			Outros passivos	12	12	Despesas financeiras	(6.515) (8.740)		
Débito judicial	15	-	Total do passivo circulante	14.818	14.328	Receitas financeiras	553 1.496		
Caixa restrito	6	4.490	5.638	Não circulante			Resultado financeiro líquido	18 (7.662) (7.244)	
Imobilizado	8	126.946	131.243	Passivos de arrendamento	13	2.047	3.030	Resultado antes do imposto	17.566 17.930
direito de uso	13	2.757	3.868	Total do passivo não circulante	70.375	79.928	Provisão para IRPJ e CSLL diferidos	17.566 17.930	
Intangível	11	842	858	Patrimônio Líquido			liberado um valor adicional de R\$ 3.275 referente ao subcrédito A.		
Total do ativo não circulante	135.040	141.607	Capital Social	14	55.056	55.056	Movimentação da dívida	Saldo em 31 de dezembro de 2022	
Total do ativo	149.491	157.755	Reserva legal	1.433	5.459	20.544	93.344		
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)			Reserva de lucros	6.194	6.760	2024	2023		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55.056		Resultado do exercício	- 61.948		liberado um valor adicional de R\$ 3.275 referente ao subcrédito A.			
Resultado do Exercício	-	-	Caixa a receber e outros recebíveis (Nota 5)	6.530	6.760	Emprestimos tomados	3.275		
Transferências de reservas - Nota 14	-	-	Caixa restrito	4.480	5.638	Amortização do principal	(8.912)		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	55.056		Ativo circulante	17.699	20.544	Comissão fíanca	(1.363)		
Resultado do Exercício	-	-	Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia tem como princípio principal o manter saldos de aplicações financeiras proporcionais ao saldo de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições. Não há histórico de perdas em caixa e equivalentes de caixa na Companhia. Contas a receber: A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas de energia são feitas diretamente ao consumidor, com um número reduzido de instituições financeiras e bens negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionais ao saldo de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições. Não há histórico de perdas em caixa e equivalentes de caixa na Companhia. Dividendos - Nota 14: A Companhia paga dividendo anualmente, partindo de 25 de dezembro de 2024, mediante desconto nº 3.672 emitido pelo ANEEL, onde foi liberado as unidades geradoras UG1, com capacidade de 16.000 kW e UG2, com capacidade de 32.500 KW. Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. A Companhia apresentou lucro no exercício no montante de R\$ 15.699 (R\$ 15.931 em 2023). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 31 de março de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o CPC Histórico, com base no CPC 01. A preparação das demonstrações financeiras é o resultado de uma estimativa razoável e criteriosa e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento o possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas. 2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Novas normas contábeis: Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entram em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, foram: Alteração no IFRS 16 (R2) - Passivo de Locação em Um e Sale-and-Leaseback; Alterações ao IAS 1 - Clasificação dos passivos como "Circulante" ou "Não Circulante"; Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações sobre operações de risco sacado; e Perda de redução de valor recuperável; A Companhia não vê necessidade de constituir a provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa, sobre as contas a receber a recolher, pois não foram identificados riscos significativos de eventuais perdas prospectivas no encerramento do exercício. Todos os valores constantes nas contas a receber da Companhia são para vencimento para menos de 90 dias.						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	55.056		Capital Subscrito	1.433	5.459	2024	2023		
Resultado do Exercício	-	-	Reserva de lucros	6.194	6.760	Lucro do exercício	15.699 15.931		
Transferência de reservas - Nota 14	-	-	Ativo circulante	17.699	20.544	Outros componentes do resultado abrangente	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	55.056		Passivo de arrendamento	12.230	6.213	Resulado abrangente do exercício	15.699 15.931		
Resultado do Exercício	-	-	Total do passivo líquido	70.375	79.928	2024	2023		
Transferência de reservas - Nota 14	-	-	Total do passivo e do patrimônio líquido	149.491	157.755	2024	2023		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	55.056		Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios			2024	2023		
Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)			findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)			2024	2023		
Seção A - Informações gerais: 1. Contexto operacional: A UTE Vale do Pará Alboma S.A. ("Companhia") foi constituída em 2 de agosto de 2018 por meio de ata da assembleia geral de constituição de sociedade anônima em 1º de fevereiro de 2018. A Companhia está estabelecida na cidade de Suzanápolis, estado de São Paulo, e tem como objetivo social o desenvolvimento, implementação e operação da usina de cogeração de energia elétrica, localizada na Cidade de Suzanápolis, Estado de São Paulo, na Rodovia SP-595, km 84 - 1.100 metros ("Usina de Cogeração"), para geração de eletricidade e vapor a serem fornecidos para o moinho de fogo da Vale do Pará S.A. - Álcool e Açúcar (Moinho de Fogo) e comercialização da energia elétrica a terceiros. Além disso, a Companhia também opera a usina de hidrelétrica, a partir de 25 de dezembro de 2024, mediante desconto nº 3.672 emitido pelo ANEEL, onde foi liberado as unidades geradoras UG1, com capacidade de 16.000 kW e UG2, com capacidade de 32.500 KW. Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. A Companhia apresentou lucro no exercício no montante de R\$ 15.699 (R\$ 15.931 em 2023). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 31 de março de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o CPC Histórico, com base no CPC 01. A preparação das demonstrações financeiras é o resultado de uma estimativa razoável e criteriosa e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento o possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas. 2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Novas normas contábeis: Os novos requisitos, normas, alterações e interpretações que entram em vigor para exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2024, foram: Alteração no IFRS 16 (R2) - Passivo de Locação em Um e Sale-and-Leaseback; Alterações ao IAS 1 - Clasificação dos passivos como "Circulante" ou "Não Circulante"; Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Divulgações sobre operações de risco sacado; e Perda de redução de valor recuperável; A Companhia não vê necessidade de constituir a provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa, sobre as contas a receber a recolher, pois não foram identificados riscos significativos de eventuais perdas prospectivas no encerramento do exercício. Todos os valores constantes nas contas a receber da Companhia são para vencimento para menos de 90 dias.									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55.056		Capital Subscrito	1.433	5.459	2024	2023		
Resultado do Exercício	-	-	Reserva de lucros	6.194	6.760	Lucro do exercício	15.699 15.931		
Transferência de reservas - Nota 14	-	-	Ativo circulante	17.699	20.544	Outros componentes do resultado abrangente	-		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	55.056		Passivo de arrendamento	12.230	6.213	Resulado abrangente do exercício	15.699 15.931		
Resultado do Exercício	-	-	Total do passivo líquido	70.375	79.928	2024	2023		
Transferência de reservas - Nota 14	-	-	Total do passivo e do patrimônio líquido	149.491	157.755	2024	2023		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	55.056		Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios			2024	2023		
Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)			findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)			2024	2023		
Seção A - Informações gerais: 1. Contexto operacional: A UTE Vale do Pará Alboma S.A. ("Companhia") foi constituída em 2 de agosto de 2018 por meio de ata da assembleia geral de constituição de sociedade anônima em 1º de fevereiro de 2018. A Companhia está estabelecida na cidade de Suzanápolis, estado de São Paulo, e tem como objetivo social o desenvolvimento, implementação e operação da usina de cogeração de energia elétrica, localizada na Cidade de Suzanápolis, Estado de São Paulo, na Rodovia SP-595, km 84 - 1.100 metros ("Usina de Cogeração"), para geração de eletricidade e vapor a serem fornecidos para o moinho de fogo da Vale do Pará S.A. - Álcool e Açúcar (Moinho de Fogo) e comercialização da energia elétrica a terceiros. Além disso, a Companhia também opera a usina de hidrelétrica, a partir de 25 de dezembro de 2024, mediante desconto nº 3.672 emitido pelo ANEEL, onde foi liberado as unidades geradoras UG1, com capacidade de 16.000 kW e UG2, com capacidade de 32.500 KW. Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. A Companhia apresentou lucro no exercício no montante de R\$ 15.699 (R\$ 15.931 em 2023). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 31 de março de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o CPC Histórico, com base no CPC 01. A preparação das demonstrações financeiras é o resultado de uma estimativa razoável e criteriosa e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de jul									

Continuação

financieiros fluirão para a Companhia, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. As receitas auferidas são decorrentes de venda de energia elétrica, no qual seu reconhecimento no resultado é feito através das medições da quantidade entregue no final de cada mês. **23.7. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • juros sobre aplicações financeiras; • tarifas bancárias; • descontos obtidos; e • despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **23.8. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de um serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confável. **23.9. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia é sujeita ao imposto de renda e à contribuição social sobre os lucros, de acordo com a legislação pertinente do "lucro preservado". Com base nesse resultado, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de impostos de renda e da contribuição social, respectivamente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação

Aos Administradores e acionistas da UTE Vale do Paraná Albion S/A São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da UTE Vale do Paraná Albion S/A ("Companhia"), que compreende o ativo patrimonial em 31 de dezembro de 2024, as demonstrações financeiras do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administra-**

Continuação das Notas explicativas da UTE VALE DO PARANÁ ALBION S.A. - CNPJ nº 31.149.697/0001-90

das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **23.10. Imobilizado:** (i) **Reconhecimento e mensuração:** A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser aquisição momentânea negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. (ii) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes que são capitalizados, apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos quando incorridos. (iii) **Custos de manutenção:** A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Outras manutenções e manutenções incidentais são feitas ao longo da obra. Materiais, serviços externos e despesas diretas indiretas alocadas durante o período de entretenimento. Tais custos são contabilizados no resultado do exercício em que ocorre a manutenção. (iv) **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e

no custo de produção. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, com exceção das máquinas, equipamentos e instalações ligados ao consórcio que se limitam a depreciação até o seu encerramento em 2036, são as seguintes, conforme estudo de vida útil realizado no início de 2022 e confirmado pela administração em 2023.

Descrição	Anos
Máquinas, equipamentos	16
Edificações	20
Móveis e equipamentos de comunicação	14
Computadores e periféricos	6
Instalações	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado prospectivamente. **23.11. Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. **23.12. Redução de valor recuperável (impairment):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros de investimento são mensurados ao justo preço do resultado, são avaliados em cada data de balanço e determinado o nível de perda ou ganho de perda ou redução de valor recuperável. Evidências objetivas de que ativos financeiros haveriam de ter um valor devido a • inadimplência ou atrasos do devedor. • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; ou • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento. (ii) **Ativos não**

financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não são estoques, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidades Geradoras de Caixa). O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que refletem as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC excede o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não excede o valor recuperável que teria sido apurado. Líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para redução ao valor de recuperável em 31 de dezembro de 2024.

Suzanapolis, 30 de outubro de 2025.
Christiano Forman Villaca - Diretor Presidente
Douglas da Silva Ramos - Contador - CRC 1SP 323.352/O-6

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

ção e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais que ela determinou ou recomendará para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela aplicação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável quanto as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções po-

dem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente, em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de sua auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional • manejo e conhecimento profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante quanto à fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com a base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos

ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa quanto à continuidade operacional ou que para recebermos divulgações nas demonstrações financeiras é necessário modificar em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data desse relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de março de 2025.
Forvis Mazars Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC 2SP023701-O-6
Franciane Heloísa Moraes Messias
Contadora - CRC SP 262973/O-6

